



Caracterização das violências sexual e de gênero contra crianças no campo da saúde coletiva

Characterization of sexual and gender-based violence against children in the field of public health

Caracterización de la violencia sexual y de género contra la niñez en el ámbito de la salud pública

Edyane Silva de Lima¹. Marselle Nobre de Carvalho².

RESUMO

Objetivo: Caracterizar a conceituação do fenômeno das violências sexual e de gênero contra crianças no campo da saúde coletiva. **Métodos:** Por meio de revisão integrativa, consultamos a base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) no período de 2018 a 2022, utilizando descritores pertinentes às violências sexual e de gênero na infância e saúde coletiva. Para organização e gerenciamento dos dados, foram utilizadas tabelas. E, para análise qualitativa, contamos com o apoio do software Nvivo. **Resultados:** Foram identificados 185 artigos e selecionados para a amostra final de análise 23 trabalhos, em português, inglês e espanhol. A maioria compreende artigos de revistas, estudos qualitativos e realizados no Brasil. Os trabalhos selecionados trouxeram definições acerca das violências de gênero e sexual (crime sexual, abuso sexual e exploração sexual), preponderando a conceituação da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 2002, marcada por relações de poder e desigualdade, voltada à submissão da criança, majoritariamente contra meninas. **Considerações finais:** Os achados retratam o viés multicausal dos conceitos das violências, numa perspectiva do processo saúde-doença, bem como um grave e crescente problema mundial de saúde, que se expressa sob múltiplos atributos.

Palavras-chave: Abuso, Criança, Gênero, Sexual, Violência.

ABSTRACT

Objective: To characterize the conceptualization of the phenomenon of sexual and gender-based violence against children in the field of collective health. **Methods:** Through an integrative review, we consulted the Virtual Health Library (VHL) database from 2018 to 2022, using descriptors relevant to sexual and gender-based violence in childhood and public health. To organize and manage the data, tables were used. And, for qualitative analysis, we have the support of Nvivo software. **Results:** 185 articles were identified and 23 works were selected for the final analysis sample, in Portuguese, English and Spanish. The majority comprise magazine articles, qualitative studies and studies carried out in Brazil. The selected works brought definitions about gender and sexual violence (sexual crime, sexual abuse and sexual exploitation), preponderating the concept of the World Health Organization (WHO) of 2002, marked by power relations and inequality, focused on the submission of the child, mostly against girls. **Final considerations:** The findings portray the multicausal bias of the concepts of violence, from a perspective of the health-disease process, as well as a serious and growing global health problem, which is expressed under multiple attributes.

Keywords: Abuse, Child, Gender, Sexual, Violence.

RESUMEN

Objetivo: Caracterizar la conceptualización del fenómeno de la violencia sexual y de género contra la niñez en el ámbito de la salud colectiva. **Métodos:** A través de una revisión integradora, consultamos la base de

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina - PR.

dados de la Biblioteca Virtual en Salud (BVS) de 2018 a 2022, utilizando descriptores relevantes para la violencia sexual y de género en la niñez y la salud pública. Para organizar y gestionar los datos se utilizaron tablas. Y, para el análisis cualitativo, contamos con el soporte del software Nvivo. **Resultados:** Se identificaron 185 artículos y se seleccionaron 23 trabajos para la muestra de análisis final, en portugués, inglés y español. La mayoría comprende artículos de revistas, estudios cualitativos y estudios realizados en Brasil. Las obras seleccionadas trajeron definiciones sobre género y violencia sexual (crimen sexual, abuso sexual y explotación sexual), preponderando el concepto de la Organización Mundial de la Salud (OMS) de 2002, marcado por relaciones de poder y desigualdad, centrado en la sumisión del niño, principalmente contra las niñas. **Consideraciones finales:** Los hallazgos retratan el sesgo multicausal de los conceptos de violencia, desde una perspectiva del proceso salud-enfermedad, así como un grave y creciente problema de salud global, que se expresa bajo múltiples atributos.

Palabras clave: Abuso, Niño, Género, Sexual, Violencia.

INTRODUÇÃO

As violências sexual e de gênero na infância, demandam compreendê-las na sua particularidade e individualidade, como parte da estrutura da sociedade, permeada por relações sociais e construções sócio-históricas de desigualdades. Exigindo discuti-las numa perspectiva interdisciplinar e de modelos transdisciplinares da Saúde Coletiva. (PAIM JS e ALMEIDA FILHO N, 1998). A temática se insere no campo da saúde a partir dos anos de 1960, com estudos sobre a “Síndrome do bebê espancado”, que decorria em sérios problemas para o crescimento e o desenvolvimento da criança, criando-se programas assistenciais e preventivos, em vários países. Durante a década de 1970, fundamentados pelo feminismo, o setor de saúde contemplou a questão sob a perspectiva de gênero, principalmente as agressões domésticas, mutilação, abuso sexual, psicológico e homicídios.

Somente nos anos de 1980, na América Latina, por meio da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), as violências foram incorporadas à agenda da saúde, atentando às causas de morbimortalidade. Durante a década de 1990, a OPAS consolidou documentos das assembleias de 1993 e 1994, sobre o fenômeno, ocorrendo sua legitimação em 1996, com a 49ª. assembleia da OMS, impressa na resolução WHA49.25. Então, a violência foi classificada por: física, sexual, psicológica e privação ou negligência. (MINAYO, MC de S, 2005 e 2006).

Em 2002, a OMS lança o relatório mundial sobre a violência, definindo e incorporando à política de saúde, conceituando-a como o emprego da força física ou do poder, ameaça, que atente contra si ou outra pessoa, podendo resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. E ainda, tipifica a violência em: Auto-infligida, Interpessoal, Coletiva e Estrutural. Em suma, é um fenômeno complexo e multicausal, que atingiu aproximadamente 1 bilhão de crianças no mundo, sendo que até 50% das agressões sexuais são cometidas contra meninas menores de 16 anos (UNFPA e UNICEF, 2011 apud ODI, 2014).

Há uma estimativa de que 1,8 milhões de crianças estão sujeitas ao comércio da exploração sexual e imagens de abuso de crianças, contabilizando gastos globais entre 3% a 8% do PIB global (ODI, 2014). No Brasil, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2018, estimou uma população de 35,5 milhões de crianças, até 12 anos de idade, o correspondente a 17,1% da população. Sendo registrado no período de 2011 a 2017, 203.275 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. E no período de 2017 a 2020, foram registradas 179.277 de denúncias de violência sexual contra o mesmo público, totalizando 382.552 denúncias deste cunho no Disque 100.

Já o Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), no período de 2011 a 2021, registrou 107.467 denúncias de violência sexual contra crianças de 0 a 9 anos de idade (BRASIL, 2023). Percebe-se a magnitude da questão, podendo ocorrer em níveis coletivos, individuais e privados, podendo ser evitada e superada. Assim, temos como objetivo neste artigo, caracterizar a conceituação do fenômeno das violências sexual e de gênero contra crianças no campo da saúde coletiva, apresentando revisão integrativa de literatura para tal.

MÉTODOS

A revisão integrativa consiste em método de revisão que possibilita uma compreensão abrangente acerca de um fenômeno específico. (Whittemore R e Knafl K, 2005). Sendo que neste estudo, optamos por tal método, devido a este proporcionar uma síntese de conhecimento científico, incluindo estudos quantitativos e qualitativos.

Esta revisão foi realizada de acordo com os critérios metodológicos proposto por Souza MT, et al. (2010): (1) elaboração da pergunta norteadora; (2) estratégia de busca, localização, definição de critérios de inclusão e exclusão; (3) coleta de dados e análise da qualidade dos estudos; (4) análise crítica dos estudos incluídos; (5) discussão dos resultados e (6) apresentação da revisão integrativa.

Sendo as questões norteadoras de pesquisa, elaboradas por meio da estratégia PCC (Mnemonic Population, Concept and Context), isto é, População (P): Crianças vítimas de violência sexual e de gênero; Conceito (C): Caracterização da violência sexual e gênero; Contexto (C): Literatura mundial em saúde. (ARCHIBALD D, et al., 2016). Resultando assim em duas perguntas norteadoras: 1) “Quais os estudos encontrados que caracterizam o fenômeno das violências sexual e/ou de gênero contra crianças?”; 2) “Quais são as bases conceituais que caracterizam a violência sexual e/ou de gênero contra criança?”.

Para esta empreitada, a qual faz parte de estudo de doutorado aprovado pelo Parecer 5.681.235 do CEP/UEL (Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina), realizamos buscas na base de dados da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), utilizando descritores da DECS/Mesh (Descritores em Ciência de Saúde) juntamente com aplicação dos índices booleanos, em que levantamos as produções referente ao período de 2018-2022.

A busca ocorreu em novembro/2022, selecionando obras em português, inglês e espanhol, utilizando os seguintes descritores: - “abuso sexual na infância and violência de gênero” n= 92 resultados; - “abuso sexual na infância and violência de gênero and saúde publica” n= 0; - “abuso sexual na infância and saúde publica” n= 90; e, - “abuso sexual na infância and delitos sexuais and violência de gênero and saúde publica” n= 3.

Esclarecemos que a escolha pelos descritores e suas combinações, justificam-se devido *Abuso sexual na infância constitui descritor específico da temática referindo-se a criança; *Violência de gênero está combinado à infância, uma vez que buscamos a violência de gênero que acomete a criança e esta configuração não ter um descritor específico; e, *Saúde publica uma vez que em seu grupo compreende a Saúde Coletiva como termo alternativo.

Definição da Decs

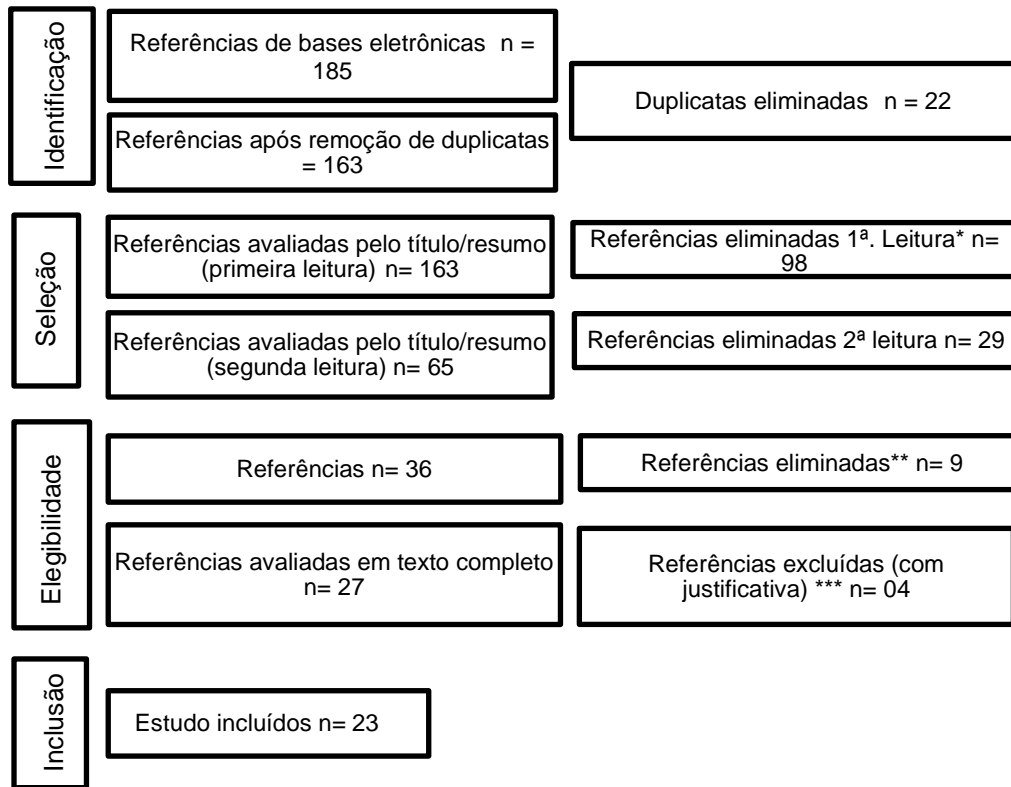
Abuso sexual na infância: Abuso sexual de crianças ou menores, inclua o pré-codificado CRIANÇA ou específico; para adultos sobreviventes a abuso sexual infantil, inclua o pré-codificado CRIANÇA ou específico + idade adulta relevante. - Violência de gênero: Violência baseada em gênero que resulta em, ou tem potencial para, resultar em dano físico, sexual ou mental, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, ocorrendo tanto na vida privada como na pública.

Saúde publica: Ramo da medicina voltado para a prevenção e o controle de doenças e deficiências, e para a promoção da saúde física e mental da população tanto nos níveis internacional e nacional, como no estadual ou municipal.

Procedeu-se a leitura dos títulos e resumos, identificando o PCC, analisando os resumos a partir dos critérios de inclusão: (1) Os artigos baseados em registros de situações de violência sexual e/ou de gênero contra criança de 2018 à 2022; (2) Os artigos que atendem ao PCC; (3) A versão completa das publicações deve estar disponível; e,

Foram excluídos artigos que não abordavam crianças, resultando em 23 resumos elegíveis. Então, buscou-se a versão completa dos artigos e procedeu-se à releitura dos resumos para verificar se atendiam aos critérios de exclusão. Aceitou-se trabalhos de meta-análise e revisão sistemática, podendo ser visualizado na (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção de estudos.



Notas: *Não atende o PCC. Não tem resumo. Não está disponível; ** Artigo não disponibilizado/pago. Não atende à questão norteadora da revisão; *** Não abordou conceito de violência sexual e/ou gênero contra criança.

Fonte: Lima ES e Carvalho MN, 2024.

Após a fase de extração, os dados foram salvos no gerenciador de referências Mendeley para primeira e segunda leitura, após foi realizada organização e codificação com o software de análise qualitativa Nvivo, e, associado, também realizamos o controle por meio de planilhas no excel, resultando na amostra final de 23 artigos, conforme descrito no (**Quadro 1**) com exposição dos títulos, autores/as, ano e principais resultados.

Quadro 1 – Informações dos textos selecionados.

Item	Autor e ano	Principais resultados
1	Santos M de J, et al. (2018)	Estudo quali e quantitativo. Aludindo ao conceito de violência sexual. Com o objetivo de descrever as notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorrida na escola, no Brasil, no período de 2010 a 2014. Verificando que crianças e adolescentes estão expostos à violência sexual na escola.
2	Wangamati CK (2018)	Artigo qualitativo. Contemplando a categoria abuso sexual. Com objetivo de explorar e avaliar as percepções da comunidade sobre os fatores que contribuem para a vulnerabilidade do abuso sexual infantil no Condado de Homa Bay, oeste do Quênia. Os resultados sugerem que as pessoas que vivem nessas comunidades percebem o abuso sexual infantil é influenciado por: estágio de desenvolvimento, pressão dos colegas, enormes disparidades de gênero exacerbadas por normas sociais e práticas culturais negativas, epidemia de HIV e plataformas de mídia social que circulam imagens sexualizadas.
3	Souza GW de Macêdo S (2018)	Estudo qualitativo. Contemplando os conceitos de violência Sexual, abuso sexual e exploração sexual. Com o objetivo de compreender o sentido da experiência de ser genitor (a) de criança vítima de violência sexual, buscando possibilitar a resignificação da realidade e a elaboração de estratégias de enfrentamento mediante grupos interventivos. Concluindo que a prática dos encontros foram estratégias de autocuidado, e o acolhimento ofertado percebeu além da condição de genitores de vítimas de violência sexual.
4	Sena CA de, et al. (2018)	Artigo qualitativo. Contemplando o conceito de crime sexual. Apresentando como objetivo identificar a incidência da violência sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco, no período 2012/2013. Mediante dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação de 2015 a 2017, foram notificados 2.884 casos de violência sexual, apresentando evolução do número de casos, tendo a maior estimativa de risco para violência sexual entre 5 a 9 anos e prevalência no sexo feminino (81,1%) e na raça negra (47,2%).
5	Rosenstock SC, et al. (2019)	Estudo qualitativo. Comtemplando o conceito de abuso sexual. Com o objetivo de realizar uma detalhada história clínica e exame físico, assim como, uma valoração legal e coleta de evidência na Costa Rica. Concluíram que as vítimas de abuso sexual infantil sofrem inúmeras consequências, incluindo perturbações de personalidade, perturbações de gênero, doenças sexualmente transmissíveis e depressão. E que a incidência de casos denunciados de abuso sexual de crianças aumentou nos últimos anos, tornando-se uma questão que envolve todos os intervenientes da sociedade.
6	Reida S, et al. (2019)	Estudo qualitativo. Comtemplando o conceito de abuso sexual. Com objetivo de preencher as lacunas identificadas e efetuar mudanças para melhorar os serviços para abuso sexual infantil usando uma metodologia de pesquisa-ação em Trinidad e Tobago. Concluindo que o desenvolvimento de um protocolo por meio da colaboração intersetorial permite uma resposta multidisciplinar contínua ao abuso sexual infantil em Trinidad e Tobago com resultado significativo; que a investigação-ação oferece uma abordagem eficaz para melhorar os serviços de abuso sexual infantil, através da mobilização de prestadores de serviços e de mudanças nas políticas e práticas. Sendo aplicável em qualquer ambiente e contexto sociocultural.
7	Heasman A Foreman T (2019)	Artigo qualitativo. Aborda o conceito de abuso sexual. Apresenta como objetivo investigar os programas de prevenção secundária oferecidos nos EUA, Reino Unido e Holanda, juntamente com as implicações da notificação obrigatória na realização desse trabalho. Encontrando como achados que a realização de programas de prevenção secundária para pessoas com pedofilia, é uma prática eticamente responsável e necessária. E que programas de prevenção secundária com esse enfoque são revistos, juntamente com as implicações da notificação compulsória na realização desse trabalho.
8	Kataguirí LG, et al. (2019)	Estudo quanti e qualitativo. Contemplando o conceito de violência sexual. Como o objetivo de verificar a associação entre vítimas de violência sexual e aspectos sociodemográficos relacionados à exposição no estado de Minas Gerais, Brasil em 2016. Concluindo que a violência sexual atinge principalmente mulheres e crianças, sendo as primeiras acometidas em via pública e as crianças em ambiente domiciliar com agressor conhecido.
9	Massera G, et al. (2019)	Estudo quantitativo, contemplando o conceito de abuso sexual. Com o objetivo de realizar uma descrição sociodemográfica e identificar possíveis variáveis específicas de maus-tratos na população que consultou o hospital e foi encaminhada pelo médico assistente ao Ambulatório Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (CMPIJ) entre 2016 e 2017 no Hospital de Pediatria Juan P. Garrahan. Os resultados apontam que dos 96 casos avaliados, 67,7% das suspeitas eram de abuso sexual infantil, 22,9% abuso físico e 9,4% outros transtornos. Sendo 75% dos pacientes do sexo feminino. Nos casos de suspeita de abuso físico, 53% dos pacientes eram do sexo masculino.
10	Sandoval LAP, et al. (2019)	Estudo quantitativo. Com abordagem da definição de violência sexual. Tendo como objetivo determinar a prevalência e as características da violência sexual na Colômbia durante o período 2012-2016. Mostrando que dos 73.986 casos de violência sexual, foi notado aumento na prevalência, variando

		de 13,45% para 2012 a 27,96% para 2016; sendo mulheres adolescentes e na primeira infância as principais vítimas de agressores do sexo masculino com idade média de 30 anos.
11	Macedo DM, et al. (2020)	Trata-se de estudo qualitativo, contemplando o conceito de abuso sexual. Com o objetivo de analisar aspectos contextuais imediatos e intermediários a casos de maus-tratos infantis. Foram analisados 14.564 casos de maus-tratos infantis registrados no estado do Rio Grande do Sul entre 2010 e 2014. Mostrando que meninas eram mais propensas a serem vulneráveis ao abuso sexual e psicológico, especialmente no meio da infância. Os meninos, por outro lado, eram mais propensos a sofrer negligência na infância e abuso físico na segunda infância. Os homens foram os principais agressores.
12	Assini-Meytin LC, et al. (2020)	Artigo de natureza qualitativa. Abordando sobre abuso sexual. Apresentando como objetivo descrever o escopo do abuso sexual infantil nos Estados Unidos, destacando problemas com uma dependência excessiva de intervenções após o fato, descrevendo intervenções promissoras de prevenção do abuso sexual infantil. Mostrando com principais resultados de que é necessária a prevenção de ocorrência de danos, esforços para responsabilizar adequadamente os perpetradores e abordar com eficácia as necessidades dos sobreviventes
13	Oliveira Y da S, et al. (2020)	Trata-se de estudo quantitativo. Abordando a violência sexual. Tendo como objetivo descrever o perfil epidemiológico da violência sexual em crianças e adolescentes residentes do município de São Paulo. Apoiado nos dados dos Sistema de Informação de Agravos de Notificação 2015-2017, apresentam que foram notificados 2.884 casos, havendo evolução nas notificações com maior estimativa de risco para violência sexual de 5 a 9 anos. Com prevalência no sexo feminino (81,1%) e na raça negra (47,2%), observando desigualdades no ciclo de vida, gênero e raça.
14	Chaves LN, et al. (2020)	Estudo qualitativo. Contemplando a definição de abuso sexual. Com objetivo de descrever a epidemiologia da violência sexual infantojuvenil admitidas em um hospital de referência de Macapá (AP), Amazônia Brasileira. Respalhada em 55 prontuários e fichas de notificações de crianças entre 8 a 10 anos, apresentam como resultados que há alto índice de abusos sexuais infantis em Macapá, com predomínio de vítimas do sexo feminino, com menos de 10 anos, agredidas em sua própria residência, por abusadores do espaço doméstico (intrafamiliar) e por estranhos (extrafamiliar). Identificando falha no preenchimento dos dados no formulário de atendimento às vítimas de violência sexual, comprometendo a definição precisa e clara do panorama que envolve a situação de saúde pública.
15	Nunes LS (2020)	Estudo quantitativo. Que engloba o conceito de abuso sexual. Tendo como objetivo compreender como esses fatores se relacionam com a identificação e notificação de abuso infantil pelos dentistas da Estratégia Saúde da Família (ESF) de Belo Horizonte em seu cotidiano de trabalho. Apresentando como principal resultado que a concepção dos dentistas sobre o tema é importante e influencia fortemente na abordagem de abuso infantil, podendo embasar a construção e o desenvolvimento de estudos de intervenção no tema.
16	Forni G, et al. (2020)	Compreende a estudo qualitativo. Abordando o conceito de abuso sexual. Apresenta como objetivo descrever o estado das estratégias preventivas de aliciamento online na literatura recente por meio de uma visão geral do fenômeno de aliciamento online. Como resultados, mostra que várias estratégias preventivas foram implementadas, mas carecem de qualquer tipo de avaliação de eficácia e abordagem teórica. E que o aliciamento online está crescendo.
17	Fixa RL, et al. (2021)	Estudo qualitativo. Aborda o termo abuso sexual. Tem como objetivo descrever um programa de pesquisa a ser conduzido para preencher as lacunas entre a opinião pública e especializada sobre a abuso sexual infantil como um problema de saúde pública evitável. Apresenta como resultados que o envolvimento em programas de prevenção secundária para pessoas com pedofilia, a fim de prevenir o abuso sexual infantil, é uma prática eticamente responsável e necessária. Que os programas de prevenção secundária com este enfoque devem ser revistos, juntamente com as implicações da notificação obrigatória na realização do trabalho.
18	Costa S de C, et al. (2021)	Artigo de abordagem qualitativa. Contemplando o conceito de violência sexual. Tem como objetivo descrever a prevalência de abuso sexual infantil no Brasil no período de 2010 a 2018, entre 0 a 14 anos, com base no SINAN. Evidenciou progressão contínua em todas as prescrições e em quase todos os anos de violência sexual. As Regiões Norte e Sul apresentaram maior prevalência. Tendo casos mais frequentes no sexo feminino (82,7%), entre 10 e 14 anos (49%), sendo os principais agressores pais (13,8%) e padrastos (12,9%). Com na região Norte entre crianças de 10 a 14 anos, do sexo feminino.
19	Scherrer IRS, et al. (2022)	Estudo qualitativo. Aludindo o conceito de abuso sexual. Com objetivo de levantar dados sobre o perfil do agressor e da vítima de abuso sexual na infância atendida no pronto-socorro e ambulatório de violência sexual. Avaliando a efetividade do fluxo de encaminhamentos que possibilitam a longitudinalidade do cuidado. Identificando que dentre as 121 crianças atendidas no pronto socorro, 90 foram encaminhadas ao ambulatório e apenas

		33 compareceram à consulta. Notou-se uma falha no encaminhamento do paciente acolhido no pronto atendimento ao ambulatório, comprometendo o seguimento longitudinal. O perfil da vítima e do agressor nesse estudo foram similares a outros estudos publicados anteriormente sobre violência sexual. Foi percebida uma falha comunicativa entre os atendimentos em que a criança abusada permeia, com uma importante descontinuação do acompanhamento após agressão.
20	Platt VB, et al. (2022)	Estudo quali e quantitativo. Que aborda a violência sexual. Tem como objetivo avaliar a completude, consistência e duplicidade de registros de violência sexual infantil no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) em Santa Catarina, Brasil, no período de 2009 a 2019. Encontrando dentro os principais achados 3.489 notificações, conferindo aumento de 662,5%, aumento do número de centros de referência ao atendimento das pessoas em situação de violência sexual no estado, considerando os dados do sistema de vigilância da violência sexual contra crianças adequados nos quesitos avaliados.
21	Noreña-Herrera C Rodríguez AS (2022)	Artigo de abordagem quanti e qualitativa. Abordando o conceito de violência de gênero. Tem como objetivo analisar as características sociodemográficas das vítimas de violência sexual e de seus agressores no município de Envigado, Antioquia, entre 2011 e 2020. Enquanto resultados foram registrados 807 casos de violência sexual; 62,0% contra menores de 18 anos e 82,3% contra adolescentes, exercida por familiares. Os principais agressores foram homens (99,1%), com mediana de idade de 26 anos. Mostrando que a violência sexual aumentou ao longo do tempo, principalmente e em 2020 devido à COVID-19, entre mulheres, no curso da primeira infância e adolescência.
22	Shawar YR, et al. (2022)	Artigo de natureza qualitativa. Contemplando o conceito de violência sexual. Com o objetivo de investigar como o abuso sexual infantil emergiu como prioridade política nacional no Reino Unido e identificar ideias para proponentes que buscam priorizar a abordagem do problema. Através da análise de três desenvolvimentos críticos (escândalos, defensores da causa e preocupações políticas) houve a priorização nacional para abordar o abuso sexual infantil propondo a (1) garantias de apoio às vítimas; (2) ações resolutivas e (3) incentivo à apoio político de alto nível na agenda nacional.
23	Cant RL, et al. (2022)	Trabalho qualitativo. Abordando violência sexual. Com objetivo de sintetizar e integrar a díspar literatura acadêmica sobre os perpetradores potenciais e reais de abuso sexual infantil e as respostas e prevenção de tal abuso. Os achados mostram que aqueles que agridem crianças são diversos em idade e sexo, caracterizados por intrafamiliares/extrafamiliares, pré-púberes/púberes, crianças iguais/mais novas, homens ou mulheres, com contato, sem contato ou online. Recomendando um maior foco na prevenção primária dentro de uma abordagem abrangente de saúde pública.

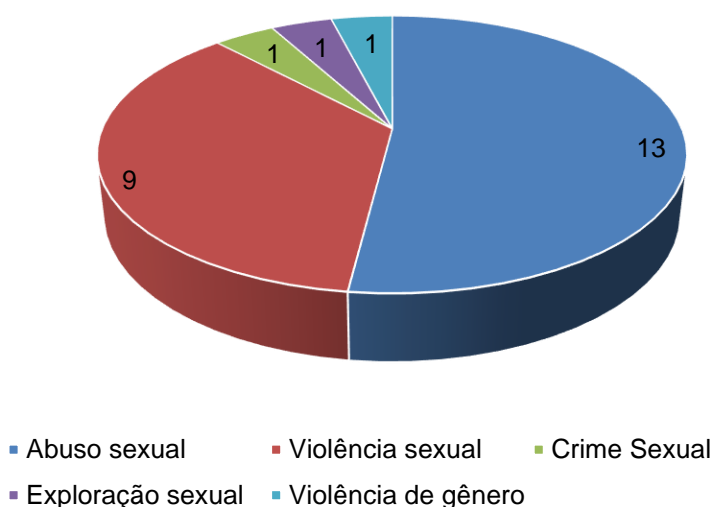
Fonte: Lima ES e Carvalho MN, 2024.

Dentre os trabalhos selecionados para análise, a maioria refere-se a artigos de revistas, estudos qualitativos (19) e realizados no Brasil (12), como alcance de mais publicações nos anos de 2019, 2020 e 2022. No entanto, há estudos oriundos dos Estados Unidos (2), África (1), Costa Rica (1), Caribe (1), Argentina (1), Itália (1), Colômbia (2), Reino Unido (1) e Mundial (1). Sendo 4 quantitativo, 4 quantitativo e qualitativo e 15 qualitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos achados foram identificados os conceitos de Violência de Gênero e Violência Sexual (abuso sexual, exploração sexual e crime sexual), perfazendo a distribuição do (**Gráfico 1**).

Gráfico 1 – Distribuição dos conceitual dos estudos.



Fonte: Lima ES e Carvalho MN, 2024.

Observa-se maior prevalência na definição do conceitual de abuso sexual (13), seguida da violência sexual (9), quanto aos demais conceitos apresentaram apenas 1 achado em cada definição. Sendo que passamos a mostrar os resultados dos embasamentos conceituais utilizados conforme as definições:

Violência de Gênero

Apenas um artigo conceituou violência de gênero (Noreña-Herrera C e Rodrigue SA, 2022) demarca a dimensão do exercício de poder, da dominação dos homens sobre as mulheres, reforçando a divisão dos papéis sociais numa sociedade patriarcal. O patriarcado está arraigado por normas socialmente criadas e pactuadas, atendendo a um projeto societário, sob premissas de desigualdades, utilizando de mecanismos de violência para sustentação. Definindo a violência de gênero como predominantemente contra meninas e mulheres, desde a primeira infância, atribuindo aos corpos femininos uma perspectiva de objetos sexuais, sustentados numa visão machista e patriarcal.

O achado sinaliza que a violência de gênero está permeada por relações sociais baseadas na desigualdade entre os sexos para sustentação do poder de um gênero sobre o outro, estando presente desde a mais tenra idade, uma vez que, nossa sociedade está normatizada sob estruturas hierarquizadas entre homens e mulheres e entre adultos e crianças.

Violência sexual

As crianças também são seres sexualizados, porém, os adultos têm o dever em não se aproveitar dos desejos sexuais da criança e/ou adolescente, estabelecendo as diferenças entre afetividade e sexo. (HISGAIL

F, 2007) A maioria dos casos de violência sexual ocorre no âmbito familiar, preservada como “segredo familiar”, acontece com ambos os gêneros, em diferentes classes sociais, etnias, faixas etárias e culturas. Nos artigos selecionados, a definição de violência sexual perpassa 9 artigos (Santos M de J et al, 2018. Souza GW de, Macêdo S, 2018. Sandoval LAP et al, 2019. Oliveira Y da S et al, 2020. Costa S de C et al, 2021. Scherrer IRS et al, 2022. Shawar YR et al, 2022. Cant RL et al, 2022), sendo que dentre estes, são apontados como fundamentos de tal violação as situações estarem permeadas por relações de poder e de submissão para satisfação sexual (Kataguirí LG et al, 2019. Oliveira Y da S et al, 2020. Noreña-Herrera C e Rodríguez AS, 2022).

Este poder, na maioria das vezes relaciona-se a força, a centralidade, expressa de uma pessoa sobre a outra, bem como pode advir do Estado, das classes dominantes e dos homens. Traduzindo-se de um lado, pela dominação (mais forte) e no outro pela coisificação (mais fraco). Para além da dimensão da força, da coisificação, há artigos que abordam sobre as relações de poder pautada sobre a dependência socioeconômica, desigualdade de conhecimento, de experiência, de maturidade, de recursos e de estratégias, sustentadas pelas características de uma sociedade patriarcal, sob o predomínio da imposição do silêncio (Wangamati CK, 2018. Sena CA de et al, 2018. Macedo DM et al, 2020. Oliveira Y da S et al, 2020. Costa S de C et al, 2021. Scherrer IRS et al, 2022).

Portanto, as violências de gênero e sexual contra a criança ameaçam a vida, a saúde, provoca doenças e até mesmo a morte. Subestima e força o/a outro/a, a fim de sustentar seu poder e direção. Destacando o poder do homem, do pai/padrasto, da força física, da idade superior e do conhecimento, sendo que os achados revelaram a predominância da violência sexual contra crianças do gênero feminino (Santos M de J et al, 2018. Sena CA de et al, 2018. Kataguirí LG et al, 2019. Massera G et al, 2019. Macedo DM et al, 2020. Assini-Meylin LC et al, 2020. Chaves LN et al, 2020. Costa S de C et al, 2021 Scherrer IRS et al, 2022)

Percebe-se a reprodução do patriarcado, que trata da dominação dos homens sobre as mulheres e do direito masculino de acesso sexual regular a elas. A ideologia patriarcal restringe-se à esfera privada, mas sua regulamentação, porém suas relações, hierarquias e estrutura de poder contaminam toda a sociedade, civil e estatal, sobretudo as relações com as crianças. Portanto, compreender a violência sexual, é perceber além da dimensão da sexualidade ou ver a criança como ser assexuado, pelo contrário, a criança possui sexualidade e a vivencia conforme seu desenvolvimento (SANTOS M de J et al, 2018).

Outra definição evidenciada nos achados (Kataguirí LG et al, 2019. Oliveira Y da S et al, 2020. Noreña-Herrera C e Rodríguez AS, 2022) alude ao conceito da OMS (2002), que apesar de uma definição recente, devido advir de um órgão mundial, constitui referência para os mais diversos serviços e estudos da área da violência infantil, mostrando-se abrangente. Contemplando o ato sexual consumado ou não, que implique ou não violência física, delimitando a relação do/a agressor/a e da vítima, que pode ser ou não de proximidade e/ou de vínculo afetivo, não fazendo uma discussão filosófica, sociológica e/ou biológica do fenômeno. Para além do conceito da OMS, um texto trouxe a definição utilizada pelo Ministério da Saúde (Noreña-Herrera C e Rodríguez AS, 2022), caracterizando violência sexual como

(...) ato ou jogo sexual que ocorre em relação hetero ou homossexual que visa estimular a vítima ou utiliza-la para obter excitação sexual e práticas eróticas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças. (BRASIL, 2001, p. 51)

Nota-se que esta conceituação condiz com a definição da OMS (2002), corroborando a finalidade desta violência como de cunho sexual, podendo se utilizar de subterfúgios e mecanismos que ameacem e violentem para atingir tal objetivo. Outra definição apontada, foi a tratada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente brasileiro (Souza GW de e Macêdo S, 2018).

Sena CA de et al, 2018) entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não (BRASIL, Lei 13.431, Art. 4º., III, 2017). Mesmo com a inserção dos crimes sexuais com a utilização das tecnologias, a definição está coadunada aos quesitos da conduta de

constrangimento da violência, direcionada inclusive pelas diretrizes mundial (OMS) e nacional (Ministério da Saúde). Outros 02 artigos (Santos M de J et al, 2018. Souza GW de e Macêdo S, 2018) definem os tipos de violência sexual: estupro, assédio sexual, atentado ao pudor, exploração sexual, pornografia infantil, abuso sexual intrafamiliar, abuso sexual extrafamiliar, carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, voyeurismo, exibicionismo, ato sexual com ou sem penetração.

Neste sentido, o fenômeno assume múltiplas características e transforma-se aos longos dos períodos históricos, atribuem-se “requintes” diferenciados, mas sua fundamentação como uma violação permanece, bem como sua proporção, dependendo muito da forma como é informada e coletado os relatos, mostrando a complexidade. Faz-se necessário trazer a discussão da violência sexual infantil para o campo da saúde, enquanto matéria de intervenção e problema responsável por inúmeros agravos à saúde individual. Exigindo assim, ações de enfrentamento intersetoriais. Sobretudo, compreender suas maneiras de expressar, reconhecendo-a desde detalhes sutis e não perceptíveis diante do abarrotamento de atendimentos e filas intermináveis dos que recorrem à política de saúde.

Além de assegurar definições de referências e diretrizes como da OMS e do MS, se faz necessário pautar a discussão e definição em autores/as que estudam e registram acerca do fenômeno, que também seguem referências internacionais e nacionais. Aparecendo nos resultados desta revisão, até mesmo o estudo realizado no Reino Unido (Souza GW de e Macêdo S, 2018), o qual demonstra estar alinhado com as diretrizes das políticas de identificação e enfrentamento à violência sexual contra criança. Contudo, é fundamental a mobilização de áreas do direito, da saúde, da psicologia, da assistência social, da habitação, ou seja, contribuições de diversas áreas do conhecimento.

Por mais que ocorra o desdobramento da violência sexual em abuso sexual e exploração sexual, temos que sua natureza é permeada por relações de poder e constrangimento. Acrescidas por dimensões particulares, que se evidenciam através do incesto, do estupro, da violência sexual *on-line*, utilizando-se de diferentes mecanismos de aproximação, com um único fim, a obtenção do desejo sexual sem o consentimento e/ou entendimento da criança por pessoa mais velha.

Abuso sexual

A violência sexual inclui duas modalidades, o abuso sexual (estupro, assédio sexual, atentado ao pudor) e a exploração sexual (pornografia infantil, exploração *on-line* e outros), estando contemplada enquanto violência interpessoal. A categoria abuso sexual, foi localizada em 13 artigos, sendo nestes atribuída a definição da OMS (Wangamati CK, 2018. Souza GW de e Macêdo S, 2018. ROSENSTOCK SC et al, 2019. Reida S et al, 2019. Heasman A e Foreman T, 2019. Massera LAP et al, 2019. Macedo DM et al, 2020. Assini-Maytin LC et al, 2020. Chaves LN et al, 2020. Nunes LS, 2020. Forni G et al, 2020. Fixa RL et al, 2021. Scherrer IRS et al, 2022)

Juntamente, apareceram o conceito proposto pela Sociedade Internacional para a Prevenção do Abuso e Negligência Infantil (Wangamati CK, 2018. ROSENSTOCK SC et al, 2019. Heasman A e Foreman T, 2019. Noreña-Herrera C e Rodríguez AS, 2022), correspondendo a uma atividade sexual em que a criança não possa consentir. Percebe-se que na maioria dos trabalhos, há um alinhamento na base conceitual institucional mundial, norteando as ações na política de saúde.

Compreendendo a criança como ser em desenvolvimento, incapaz de decidir e/ou escolher permitir esta violação. Ilustrando como um problema importante, generalizado, de saúde e evitável (Assini-Meytin LC et al, 2020. Fixa RL et al, 2021). E, ainda perpassado pela questão do aliciamento *on-line* (Heasman A e Foreman T, 2019). Neste sentido, não destoam da discussão acerca da violação de direitos e relação desigual de poder, apesar de trazerem nuances particularizadas, como o uso das tecnologias.

Crime sexual

Esclarecemos que a compreensão legal do abuso sexual, localizada nos estudos selecionados abrange somente ao Código Penal brasileiro (Sena CA et al, 2018). A Lei nº 12.015/2009 (alteração do Código Penal), dispõe sobre os crimes contra a dignidade sexual e contra a liberdade sexual, conceituando os crimes de

estupro, violação sexual mediante fraude, assédio sexual, exploração sexual e tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. Dentre estes crimes, outro conceito achado foi o de exploração sexual, sobre o qual passaremos a abordar.

Exploração sexual

A abordagem da exploração sexual é mencionada em um único achado (Souza GW de e Macêdo S, 2018), conferindo a dimensão legal, seguindo a premissa da OMS (2002) do caráter lucrativo e comercial deste tipo de violência. Explicando por esta se caracterizar pela pornografia e o tráfico para fins sexuais. A partir desta revisão integrativa foi possível identificar os conceitos de violências sexual e de gênero contra crianças no âmbito da saúde, dentre os muitos estudos selecionados, a abordagem conceitual prevaemente aludiram as diretrizes orientativas da OMS (2002) e do Ministério da Saúde (2016).

Destaca-se que a definição ofertada pela OMS (2002) é recente na compreensão de um fenômeno de lastro histórico como a violência, demarcando uma trajetória de amplo movimento e em processo de construção ao ser incorporada a política de saúde. Foram apontadas e definidas, diferentes nuances da violência sexual como abuso sexual, crime sexual e exploração sexual. Embora, as violências sexual e de gênero na infância, sejam categorias diferentes, se faz necessário compreendê-las numa interseccionalidade. Uma vez que, a violência exercida contra meninas, assumiu maior prevalência nos estudos selecionados, e ainda, a violência sexual se reverbera por lógicas de relações de submissão e desiguais do exercício do poder, contra a criança do gênero feminino.

Para além dos achados e descritos neste artigo, sobre os conceitos de violência sexual e de gênero, consideramos que a definição que melhor define um fenômeno tão complexo é traduzida como aquela que considera violência sexual como qualquer ação de uma pessoa sobre outra, que valia de uma posição de poder, subalternidade seja por condições físicas, de idade, sexo, implicando em relações desiguais de poder, podendo se imprimir em situações de estupro, abuso incestuoso, assédio sexual, sexo forçado no casamento, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas, pornografia infantil, pedofilia, voyeurismo, manuseio, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada.

Bem como, exposição a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico. (Brasil, 2016). Percebemos que essa definição se mostra abrangente e ao mesmo tempo detalhada para identificação do fenômeno, embora não descrita nos estudos selecionados. Conferindo resultado da caminhada na implementação de medidas de enfrentamento a tais violências, se mostrando elemento fundamental para subsídio de estudos aprofundados acerca da temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o delineamento conceitual acerca das violências sexual e de gênero, a forma como este se expressa nas relações sociais, a maneira como são sentidas e vivenciadas, são pontos de partida para produção do cuidado e mecanismos de proteção e enfrentamento. Necessitando assim, aprofundar teoricamente sobre suas bases conceituais e filosóficas, que se transformam e ganham características diferentes ao longo do tempo, mas que continuam a se reproduzir sob alicerces de uma sociedade marcada por desigualdades. Notamos enquanto lacunas do estudo, que embora a violência seja um assunto de magnitude e que se reproduz historicamente na realidade social brasileira, apresenta-se particularidades alarmantes no que tange à infância, sendo a violência sexual e de gênero um fenômeno naturalizado. Portanto, é emergente produções teóricas sobre a questão, com intuito de subsidiar ações concretas de enfrentamento à tais expressões, munindo cientificamente profissionais e sociedade, possibilitando alterar estes comportamentos de violações que se reverberam no exercício do (des)cuidado à criança.

REFERÊNCIAS

1. ARCHIBALD D, et al. Mapping the progress and impacts of public health approaches to palliative care: a scoping review protocol. *BMJ Open*, 2016; 6: 12058.

2. ASSINI-MEYTIM LC, et al. Child Sexual Abuse: The Need for a Perpetration Prevention Focus. *Jornal de Abuso sexual Infantil*. 2020.
3. BATISTA V, et al. A tomada de decisão de profissionais frente a situações de abuso sexual infanto-juvenil: uma revisão integrativa. In: *Mudanças*, 2016; 24: 49-63.
4. BRASIL. 2018. Lei nº. 13.431, de 4 de Abril de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm. Acessado em: 20 Novembro de 2023.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. 2001. Portaria GM/MS n. 737, de 16 de maio de 2001. *Diário Oficial da União*, n. 96. Seção 1e, 18 de maio de 2001.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. 2023. *Boletim Epidemiológico* 8. Volume 54 | 18 maio 2023.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. 2016. *Viva: instrutivo de notificação de violência interpessoal e autoprovocada [recurso eletrônico]*. Brasília: 2016.
8. CANT RL et al. Using a Public Health Approach to Prevent Child Sexual Abuse by Targeting Those at Risk of Harming Children. *Int. Jornal sobre malte infantil*. 2022.
9. CHAVES LN et al. Epidemiologia do abuso sexual contra crianças e adolescentes admitidas em um hospital de referência da Amazônia brasileira: um estudo exploratório-descritivo. *Diagn. Tratamento*. 2020; 25: 138-146.
10. COSTA S de C et al. Prevalence of Child Sexual Violence in Brazil in the Period 2010-2018: an Ecological Study. *J. Health Sci. (Londrina)*. 2021; 23: 334-338.
11. FIXA RL et al. Changing the paradigm: Using strategic communications to promote recognition of child sexual abuse as a preventable public health problem. *Child Abuse Negl*. 2021; 117: 105061.
12. FORNI G et al. Little red riding hood in the social forest. Online grooming as a public health issue: a narrative review. *Ann Ig*. 2020; 32: 305-318.
13. HEASMAN A e FOREMAN T. *Bioethical Issues and Secondary Prevention for Nonoffending Individuals with Pedophilia*. Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics, 2019.
14. HISGAIL F. *Pedofilia: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Iluminuras, 2007.
15. IBGE EDUCA. Perfil das crianças do Brasil. 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20786-perfil-das-criancas-brasileiras.html> Acessado em: 13 de abril de 2023.
16. KATAGUIRI LG et al. Characterization of sexual violence in a state from the southeast region of Brazil. *Texto & Contexto - Enfermagem*, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Enfermagem. 2019; 28.
17. KRUG et al. Organização Mundial de Saúde. *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. OMS: Genebra, 2002; 380.
18. MACEDO DM et al. Characterization of Child Maltreatment Cases Identified in Health Services. *Paidéia (Ribeirão Preto, Online)*. 2020; 30: 3018-3018.
19. MASSERA G et al. Interconsulta en maltrato infantojuvenil: Característica de la población con sospecha de maltrato infantojuvenil del Hospital de Pediatría Juan P. Garrahan. *Med. Infant*. 2019; 26: 351-357.
20. MINAYO MC de S. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006; 132.
21. MINAYO MC de S. Violência um problema para a saúde dos brasileiros. In: *Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília, (Série B. Textos Básicos de Saúde). 2005; 9-42.
22. NOREÑA-HERRERA C e RODRÍGUE SA. Sexual violence in a Colombian municipality: Victims' and offenders' characteristics, 2011-2020. In: *Biomedica*. 2022; 42: 492-507.
23. NUNES LS. Abuso infantil: significados e condutas de dentistas da Estratégia Saúde da Família de Belo Horizonte: um estudo qualitativo. In: *J Interpers Violence*. 2020; 35(94).
24. ODI. Overseas Development Institute. Os custos e o impacto econômico da violência contra as crianças. 2014. PEREZNIETO, P. et al. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/childfundbrasil/pesquisa-impacto-economico-e-violencia-infantil> Acessado em: 20 de Novembro de 2022.
25. OLIVEIRA Y da S et al. Epidemiologia da violência sexual infanto-juvenil no município de São Paulo. *Nursing (São Paulo)*. 2020; 23: 5055-5066.
26. PLATT VB et al. Completitude, consistência e não duplicidade dos registros de violência sexual infantil no Sistema de Informação de Agravos de Notificação em Santa Catarina, 2009-2019. *Epidemiol. serv. Saúde*. 2022; 31.
27. REIDA SD et al. Action research improves services for child sexual abuse in one Caribbean nation: An example of good practice. *Child Abuse Negl*. 2019; 88: 225-234.
28. ROSENSTOCK SC e GUILLÉN EC. Abuso sexual en el paciente pediátrico. *Med. leg. Costa Rica*. 2019; 36: 54-61.

29. SAFFIOTI HIB. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
30. SANDOVAL LAP et al. Situación de la violencia sexual en Colombia, 2012-2016. *Rev. Colomb. Enferm.* 2019; 18: 1-11.
31. SANTOS M de J et al. Characterization of sexual violence against children and adolescents in school - Brazil, 2010-2014. *Epidemiol Serv Saude.* 2018; 27: 2017059-2017059.
32. SCHERRER IRS et al. Análise do perfil e fluxo de atendimento de crianças vítimas de violência sexual em um serviço de referência. *Rev. méd. Minas Gerais.* 2022; 32: 32108.
33. SENA CA de et al. Incidência de violência sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco no biênio 2012- 2013. *Ciênc. Saúde Colet. (Impr.).* 2018; 23: 1591-1599.
34. SHAWAR YR et al. The emergence of political priority for addressing child sexual abuse in the United Kingdom. *Child Abuse Negl.* 2022; 128: 105601.
35. SOUZA MT et al. Revisão integrativa: o que é e como fazer. In: *Einstein*, 2010; 8(1): 102-106.
36. SOUZA, GW e MACÊDO S. Grupo interventivo com genitores (as) de crianças vítimas de violência sexual. *Rev. abordagem gestál. (Impr.)* 2018; 24: 265-274.
37. WANGAMATI, CK et al. Communities perceptions of factors contributing to child sexual abuse vulnerability in Kenya: a qualitative study. 2018.
38. WHITTEMORE R e KNAFL K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 2005; 52(5): 546-553.